

#### 4. POPULAÇÃO SÉNIOR

O aumento significativo do número de longevos e a falta de condições da sociedade para responder às diferentes necessidades destes, originaram estudos e investigações variadas sobre o processo de envelhecimento e sobre a velhice, desta forma houve necessidade de compilar informação e avaliar a situação real dos indivíduos idosos.

Na década de 50, surge a preocupação em ampliar o âmbito da “Geriatrics”, termo que foi usado pela primeira vez em 1909, devido aos vários problemas existentes, não só em relação à enfermidade dos idosos, mas também em relação às diferentes dimensões da vida familiar e social do idoso no contexto da sociedade.

Face ao relevo atribuído a esta categoria social, surge uma nova ciência, a Gerontologia (palavra de origem grega, geros, velho e logos, estudo).

Esta nova ciência tem como incumbência a análise concreta do processo de envelhecimento e os seus resultados no idoso. Através destes estudos podem ser definidas estratégias de intervenção, com o objectivo de favorecer os indivíduos que se encontram nesta etapa da vida.

Decorrente desta preocupação surgiu a necessidade de institucionalizar esse recente campo da ciência médica, fundando-se a Sociedade Internacional de Gerontologia, cujo objectivo, entre outros é definir uma Política Social para os senescentes.

A Gerontologia Social tem como objecto de estudo a interacção destes indivíduos com o seu contexto social, sem esquecer os aspectos físicos deste processo, ocupando os referidos aspectos um papel fundamental na adaptação dos sujeitos à sociedade.

Paralelamente a este conceito, surgiram também perspectivas teóricas, algumas delas tendo como fundamento teorias sociológicas já existentes. Estas perspectivas procuram dar explicações à adaptação dos indivíduos ao processo de envelhecimento e à relação

que se estabelece entre a sociedade e os indivíduos com idade avançada, apresentando factores significativos que podem estar relacionados com a velhice. As referidas perspectivas contribuem com orientações para análise da realidade dos senescentes, que recentemente suscitou a atenção dos investigadores sociais. Algumas destas teorias não foram aferidas, contudo possuem conceitos valiosos para o estudo gerontológico.

O longo, anteriormente, pela experiência acumulada, sinónimo de conhecimento, era considerado sábio, mas a sua longevidade raramente ultrapassava os sessenta anos. Os indivíduos que ultrapassavam esta meta eram considerados seres excepcionais e impunham respeito pelos conhecimentos que possuíam e, como eram em número reduzido e não possuíam pensão social não causavam problemas de natureza económica.

O idoso é alguém capaz de desenvolver actividades, transmitir o seu saber acumulado ao longo dos anos. Pertence a várias classes sociais. São muitos os que se encontram em instituições, outros estão sozinhos ou com familiares, recorrendo a serviços intermédios. Os senescentes não pertencem a grupos homogéneos e possuem vivências e necessidades diferenciadas, aspectos que têm de ser tomados em linha de conta para que haja uma intervenção efectiva e concreta neste grupo.

Numa tentativa de uniformizar os critérios sobre este grupo etário, a Organização Mundial de Saúde definiu como idosos qualquer indivíduo com mais de 65 anos, independentemente do sexo e estado de saúde.

Em relação a este grupo populacional Berger e Mailloux-Poirier (1995: 5) opinam que “(...) representam um grupo heterogéneo com estilos de vida e necessidades variadas” sendo a maioria saudáveis. Referem ainda as autoras que “(...) o potencial de uma pessoa não está ligada à sua idade cronológica” dado que as carências de saúde e de serviços sociais apresentam valores variáveis entre os “jovens idosos” e os “velhos

idosos” e também entre as mulheres e mulheres idosas, visto que *“a manutenção da autonomia da pessoa idosa está mais ligada a factores sócio-económicos e familiares que a serviços profissionais”*

A idade, por si só, não limita a participação do idoso, nem a sua utilidade na sociedade. Todas as passagens de uma para a outra fase do ciclo da vida desencadeiam alterações e rupturas a vários níveis, que requerem do indivíduo adaptação, surgindo substituições ou perdas. A desvalorização, a nível social, deste grupo, contrasta com a riqueza de conhecimentos e de experiências que os idosos foram reunindo ao longo da sua vida. Portadores de uma enorme quantidade de vivências e saberes, os idosos sentem-se, por vezes, esquecidos e inúteis.

Estes indivíduos sofrem variadas alterações físicas e psicológicas (e que por vezes coincidem com outro tipo de alterações: económicas e sociais). As alterações físicas e psicológicas dependem em grande parte do modo de vida dos próprios idosos.

Os senescentes que experimentam inúmeras perdas, ficam deprimidos, desmotivados, revelando uma baixa auto-estima de ordem moral e um excesso de incapacidade. Neste grupo, a incapacidade física é uma das situações mais frequentes, o que se compreende perfeitamente, face à idade ou à doença, originando uma perda de capacidade para executar as tarefas da vida diária, tornando-se um indivíduo dependente do auxílio de terceiros. Esta incapacidade física, resultante de um funcionamento deficiente, pode ter muitas causas. É frequentemente atribuída a estes indivíduos, mas pode estar associada a lesões do aparelho musculoesquelético, ou pode ficar a dever-se a patologia do sistema neurológico, sendo mais comum nestas situações o acidente vascular cerebral associado a paralisia.

Nos indivíduos com mais idade, as funções que dependem de factores físicos e fisiológicos começam a declinar, em regra mais cedo do que as aptidões mentais. Esta

etapa da vida é tida como uma “doença incurável” e como um “declínio inevitável”, mas na opinião de Berger e Mailloux-Poirier (1995:116) *“acreditar que a doença e o envelhecimento são sinónimos é um grave erro (...) se a velhice fosse uma doença, isso significaria que se poderia tratá-la e curá-la (...) por outro lado, a doença não faz necessariamente parte da velhice”*. Na generalidade, os idosos vivem em situações de apatia e de mal estar onde é necessário intervir no sentido da construção e implementação de medidas de políticas sociais adequadas à resolução dos problemas deste grupo.

Ao lidarmos com a população sénior devemos ponderar como metas principais o valorizar a responsabilização destes indivíduos pelas suas necessidades, privilegiar as acções tendentes a melhorar as suas capacidades, o seu bem-estar e autonomia (pela incentivação e estímulo dessas capacidades) e ao mesmo tempo divulgar e proporcionar o acesso aos recursos existentes. As suas crenças devem ser respeitadas, pois elas são o fundamento da esperança que é uma experiência humana complexa, essencial à vida e ao desenvolvimento. O senescente tem necessidade de agir de acordo com as suas crenças e valores, e de executar gestos e acções conforme a sua noção pessoal do bem, do mal e da justiça. Valores importantes como a confiança em si, a vontade, a coragem, a capacidade de aprender e a capacidade relacional estão ligados à personalidade e ao desenvolvimento psicológico, representando as forças positivas desta população.

Actualmente sabe-se mais dos idosos através de análises laboratoriais e das terapias psicanalíticas, do que através dos dados oriundos das experiências vividas pelos idosos no seu ambiente social quotidiano, desta forma as análises e as interpretações objectivas sobre os idosos têm mais peso comparadas com as subjectivas.

Segundo Moragas (1991), os idosos têm características comuns e na actualidade existe um significativo interesse sobre o tema envelhecimento e velhice, sendo esta temática debatida em congressos científicos, meios de comunicação e até em reuniões familiares. As estruturas de personalidade e o modo de vida instalados nos primeiros anos de vida mantêm-se mais ou menos idênticos na velhice. Para melhor compreender as diferentes mudanças vividas pelos idosos há que ter em conta os seus estados emotivos, as suas respostas às situações antigas e novas, o ambiente e o papel que continuam a desempenhar na sociedade. as alterações emotivas e a afectividade são influenciadas pelo ambiente em que evoluem e pela saúde física e mental. Com a idade, os factores de stress aumentam, as crises e problemas tornam-se mais numerosos, o que afecta a saúde de uma forma geral.

Os senescentes saudáveis são geralmente activos e implicam-se mais na sociedade. Os preconceitos e estereótipos, no que diz respeito às modificações afectivas e ao declínio psicológico, durante a velhice, não têm qualquer base científica. Estas pessoas são únicas, vivem modos de vida diversificados, e os seus interesses, capacidades, necessidades e expectativas são diferentes, resultantes das muitas experiências de vida perpetuadas, das muitas emoções e sentimentos experimentados.

Os idosos não são antigos ou ultrapassados, mas adquiriram uma maturidade emocional que lhes é própria. A maior deles são sãos de espírito, encontrando-se na posse de todos os seus meios e capazes de se envolver em novos caminhos, porque desenvolveram modos de vida diferentes para se poderem adaptar às diversas mudanças ocorridas na sua existência. Continuam a procurar solucionar os seus problemas e dificuldades utilizando os mesmos modos de funcionamento que possuíam quanto eram mais jovens, porque conservaram os seus traços de carácter. No entanto a adaptação a esta fase da vida parece ser mais fácil para as mulheres do que para os homens, apesar de existirem

ideias contrárias. As mulheres têm capacidades superiores e adaptam-se mais facilmente do que os homens, apesar de algumas delas possuírem mecanismos de defesa rígidos.

A saúde mental é um dos aspectos mais importante da vida dos idosos, no entanto é um conceito ainda impreciso, de difícil definição e sobre o qual não existe um autêntico entendimento. O envelhecimento mental não parece ligado à idade, mas antes a uma baixa da percepção de si. O longevo pode manter a saúde mental, apesar do decorrer dos anos, se conservar a sua auto-estima. A saúde mental relaciona-se com a maturidade emocional. Esta maturidade emocional situa-se num continuum, e as suas manifestações observam-se ao longo de toda a vida, ao contrário das manifestações do envelhecimento físico. Os indivíduos com 65 anos e os indivíduos de 95 anos não manifestam as mesmas reacções emotivas. Desta forma, quando situamos a saúde mental no continuum da vida humana, ela traduz uma sequência de estados mentais que acompanham a progressão e o desenvolvimento mental do indivíduo e lhe permitem actualizar-se.

A imagem mais simples do idoso mentalmente saudável é a de uma pessoa que mantém com os outros laços afectivos satisfatórios, não reage às situações de maneira automática, suporta bastante melhor o stress e não constitui um fardo para si próprio e para os outros.

A sua saúde mental é de certo modo um envelhecimento bem sucedido que o torna apto a controlar as tensões geradas pelo avanço da idade e das perdas que acompanham essa realidade.

Alguns destes indivíduos deixam de querer atingir os objectivos de vida anteriormente estabelecidos, e dedicam-se a outros objectivos, mais adaptados à sua situação. Durante esta fase, o sentido da totalidade da vida evolui de maneira gradual. Ao recordar e reflectir sobre as experiências passadas, o idoso deve experimentar um sentimento de

realização. Se, pelo contrário, tiver a impressão de ter desperdiçado a sua vida e não ter realizado nenhum dos seus objectivos a que se propôs, fica desesperado e deprimido.

Com os anos, tornou-se evidente que as pessoas com mais de 65 anos não representam um grupo homogéneo, mas diferenciado. Estas constatações têm levado a especificar melhor as tarefas de desenvolvimento dos diferentes grupos de idade. A especificação destas etapas de desenvolvimento é especialmente útil para estabelecer normas de intervenção e dar resposta às novas expectativas das pessoas de idade.

É da responsabilidade da sociedade, a reforma, como protecção aos indivíduos que ultrapassam uma determinada idade. Apesar de ser considerada uma solidariedade financeira, na opinião de alguns autores ela encontra-se desajustada, pois encontra-se mais ligada ao vínculo economicista do que biológico-funcional.

Os indivíduos são influenciados de maneira diferenciada no período pós reforma. O modo de viver dos idosos é condicionado por uma série de variáveis que influenciam a adaptação a esta fase da vida, tais como situação sócio-económica, meio envolvente, situação familiar, condição de saúde, e também pelas experiências vividas no passado, os seus anteriores modos de vida e as suas condições de existência.

Anteriormente, ao homem atribuía-se um lugar preponderante no meio laboral. Ele era detentor do papel de chefe de família e conseqüentemente era-lhe conferido a obrigação de ser responsável pelo sustento para os seus, bem como a responsabilidade de cuidar e proteger os seus familiares mais próximos. Em muitas famílias, apenas o homem tinha o seu trabalho fora de casa, ficando a mulher incumbida das tarefas domésticas, dos filhos e também de cuidar dos idosos. Actualmente, esta situação não é muito frequente. A mulher desempenha funções mais alargadas, continua a ter um papel importante como mãe e dona de casa, mas passou a consagrar mais tempo aos estudos e ao exercício de

uma profissão. Assim, tanto o homem como a mulher assumem um papel activo, cooperando em conjunto para a estabilidade financeira e bem-estar da família.

Perante este cenário depreendemos que a atenção transmitida aos idosos de hoje é bem diferente da transmitida aos idosos do passado.

Neste cenário e tendo em conta as menções culturais do passado, os indivíduos do sexo masculino distinguem-se dos indivíduos do sexo feminino em relação à maneira como enfrentam e vivem a reforma. O indivíduo idoso sofre quando esta situação ocorre, especialmente pela ruptura do ritmo a que se encontrava moldado. Quando o tempo não é ocupado com actividades significativas, surgem sentimentos de angústia e nostalgia reportando-se ao período em que a situação financeira era mais favorável, o núcleo dos amigos era maior e o seu status social era dependente das suas funções laborais. Nessa etapa da sua vida possuía uma identidade própria e através dela era-lhe concedido determinado reconhecimento, com a reforma o indivíduo sente-se perdido, sem saber qual a sua posição na sociedade.

Os indivíduos de sexo feminino, têm uma percepção da velhice e da reforma diferente. Algumas mulheres não possuíram uma profissão no passado, desta forma não podem sentir a perda de algo que não chegaram a possuir. As que possuíam um emprego, tinham também que cuidar da família e da sua casa, tarefas que procuravam desempenhar com grande empenho. Presentemente esta realidade, não é tão evidente pois a maioria das mulheres possui um emprego. A reforma não tem um significado tão alarmante sobre a mulher, pois o trabalho que realizava, em termos profissionais, não era relevante no conjunto das funções por si desempenhadas. Apesar de se encontrar na reforma, a maioria das mulheres, continua a desempenhar tarefas que anteriormente já executava. Assim, a mulher adapta-se melhor na fase posterior à reforma, devido a existir uma certa continuidade das actividades que desenvolveu ao longo da vida.

Se aceitarmos o facto de que com a idade, os indivíduos transitam de actividades obrigatórias para actividades não obrigatórias, de tarefas fora de casa para tarefas dentro de casa e de trabalhos sociais para trabalhos com pouca convivência, depreendemos que o indivíduo longevo encontra-se com mais capacidades para iniciar esta fase menos activa da vida, pois de certa maneira está habituado a certas tarefas características desta etapa. A teoria da continuidade assinala esta tendência, pois a adaptação da mulher ocorre de feição mais favorável, dado que entre a denominada fase activa e a fase inactiva não se verificam transformações muito significativas relativamente à actividade.

No meio rural, a reforma, apesar de ser experimentada como algo negativo, não se apresenta como uma fatalidade e uma ruptura na vida das pessoas, mas sim como uma redução das actividades até então desempenhadas. O trabalho sofre uma redução gradual, o que favorece o idoso no assimilar e no reorganizar a sua vida. A adaptação a novas tarefas e papéis sociais é encontrada com maior facilidade, devido à existência de actividades que vão ao encontro dos seus interesses e que na maioria das vezes encontram-se relacionadas com a actividade desenvolvida ao longo da sua vida. O realizar destas tarefas faculta satisfação e fundamenta a ocupação do tempo.

O homem continua a exercer uma actividade de forma mais moderada mas que o satisfaz, ao contrário a mulher habituada às tarefas domésticas que anteriormente já realizava, e que para algumas mulheres constituíam a sua única actividade, torna-se mais inibida para os contactos com o exterior, dando grande valor às tarefas domésticas. O envolvimento com a comunidade é um factor bastante importante para os idosos. Nos meios mais pequenos, o idoso tem maior facilidade em estabelecer contactos, sendo mais frequente a interacção com um maior número de pessoas. Este conhecimento interpessoal proporciona aos senescentes determinadas ajudas e apoios, constituindo

uma mais valia, comparado com os que vivem em meios maiores mais marcados pela indiferença, despreocupação e desconhecimento entre as pessoas. Os idosos dos meios mais pequenos possuem uma relação mais estreita com os outros, pertençam estes ao grupo etário mais jovem ou mais adulto.

Outro aspecto que interessa salientar é o facto dos idosos que vivem, nos meios mais pequenos ou nos meios rurais, participarem pouco em projectos associativos. Ao longo da sua vida não estabelecerem uma relação concreta com associações e ao mesmo tempo determinadas associações possuem um papel apático e de resistência passiva à inovação em termos de actividades destinadas a esta população e não incentivam de forma positiva a possível participação dos mesmos.

Se averiguarmos o percurso de vida da maioria dos idosos que vivem nestes meios damos-nos conta que o seu quotidiano foi constituído por tarefas duras, que lhes ocupavam quase todo o tempo, restando pouco tempo livre para outras actividades, ocorrendo uma falta de dinamismo, impedindo a participação e interacção com o meio ambiente. É o resultado de uma cultura enraizada e que muito lentamente sofrerá transformações e adaptações para acompanhar os desafios da sociedade actual, que procura a participação e envolvimento dos indivíduos no planeamento do seu próprio envolvimento.

O modo de vida dos idosos depende do contexto histórico e das vivências do passado, devendo ser enquadrados na época e de acordo com os valores a que a época pertence. Desta forma, podemos depreender que no futuro teremos idosos mais participativos e cada vez mais envolvidos no seu meio, promovendo e dinamizando eles próprios as actividades que mais os satisfazem.

No meio rural, o envelhecimento da população compreende proporções mais acentuadas, por vezes devido ao facto das gerações mais jovens migrarem para outras regiões que lhes poderão oferecer melhores condições de vida.

Os longevos pertencentes ao meio rural apresentam características diferentes das manifestadas pelos que pertencem ao meio urbano.

Estas diferentes características podem ser o baixo nível de escolaridade e de rendimentos, o que pode ter efeitos na inactividade própria desta faixa etária, que não possuem meios económicos e culturais, e que raramente procuram participar em determinadas actividades, acontecimentos ou qualquer tipo de associações, normalmente raras no meio a que pertencem.

Contudo os idosos que vivem no meio rural apresentam uma relação de entreaajuda com os seus familiares, vizinhos e amigos mais acentuada, apresentando-se esta relação mais forte e de maior interpretação, comparada com a dos idosos que vivem no meio urbano, onde o princípio da reciprocidade é menor.

A nossa sociedade dá grande relevo à produtividade e os idosos são considerados improdutivos para a sociedade, sendo integrados na sociedade de uma forma diferente em relação ao seu desempenho no passado. Anteriormente, o seu valor e experiência eram reconhecidos e desempenhavam um papel importante nos ensinamentos que transmitiam aos mais novos, actualmente com a evolução dos processos e com o aparecimento de novas maneiras de viver, os idosos são vistos como pessoas que pouco poderão contribuir para a sociedade.

As sociedades envelhecidas deverão ter como objectivo a integração social dos idosos, devendo ser reavaliada a sua utilidade social, com o objectivo de os integrar e adaptar a uma sociedade em permanente transformação.

Devido ao envelhecimento da população, originado pelo aumento da esperança de vida, pela diminuição da descendência por casal e à diminuição da população activa, surgem preocupações a nível económico face ao crescente custo da protecção social para este escalão etário. O envelhecimento da população juntamente com um crescimento económico lento, origina o problema da capacidade da existência de fundos para as obrigações financeiras para com os aposentados. Para a maioria dos idosos, a inexistência deste fundo é outro dos problemas que surge nesta etapa da vida.

Os factores biológicos e psicossociais que influenciam o sedentarismo dos idosos são geralmente acompanhados pelas doenças, incapacidades e dependência. Assim um estilo de vida activo por parte dos mesmos deve ser encarado como uma forma de quebrar o círculo vicioso de aumento de idade, maior sedentarismo, mais risco de doenças e superior incapacidade, com os estereótipos de uma velhice inactiva e sem participação na sociedade.

Nem todos os indivíduos possuem uma postura activa na fase da aposentação, estando esta postura relacionada com o grau de autonomia, com a capacidade de decisão e com a actividade que anteriormente desempenhava. É de todo fundamental que esta população seja motivada para ocuparem os seus tempos livres de forma activa, pois desta forma esta etapa da vida será percorrida de forma mais saudável, e o seu bem-estar global mais concreto.

Actualmente, com o aumento da última etapa da vida em número de anos, surgiu o problema da ocupação do tempo durante esta fase. Se os idosos optarem por uma posição passiva tornar-se-ão dependentes mais precocemente, o que irá constituir um obstáculo à sua autonomia, necessitando de cuidados médicos mais regulares e por vezes até permanentes.

Na nossa vida quotidiana deparamos muitas vezes com indivíduos que apresentam descontentamento e desconforto, com necessidade de se prenderem à vida, a vários níveis (físico, psicológico, social e espiritual). Para evitar situações semelhantes é necessário saber adequar as atitudes e as intervenções, tendo em conta cada idoso e o seu contexto, com o objectivo de promover a realização das suas necessidades básicas e o seu apazimento pessoal. Os idosos ou “indivíduos na terceira idade”, logo que deixam de exercer uma actividade profissional, ficam mais disponíveis para dar continuidade à sua valorização pessoal e fomentar o reajustamento da confiança em si próprios, através da prática de actividades adequadas às possibilidades de cada um e da criação de condições para essa prática.

#### 4.1. TEMPOS LIVRES

Com o progresso tecnológico e o avanço das actividades produtivas, nas sociedades modernas industrializadas, surgiu a diminuição do horário de trabalho e surgiram então os tempos livres, que através do contributo da Organização Mundial do Trabalho surgem como um direito social. Para Netto (1994:100) “*à brusca passagem de um tempo contratado e preparado (organizado em torno do trabalho) para um tempo livre pode resultar numa verdadeira desorientação temporal.*”

Tempo livre é um termo unicamente temporal que se refere àquele tempo em que as pessoas não têm ocupações profissionais ou sociais e pode ser ocupado ou não por acções educativas de animação. Para definir tempos livres temos vários termos: ócio, ociosidade, descanso, lazer...

O lazer surgiu repentinamente num mundo onde todos os valores assentavam sobre o esforço e o seu aparecimento obceca muita gente. Ainda não entrou nos nossos hábitos, ainda não acreditamos lá muito nele, e continuamos a viver para trabalhar, ainda quando dizemos o contrário.

Na opinião de Dumazedier (1996), o conceito de lazer, sinónimo de tempos livres, é uma série de tarefas a que o sujeito se dedica de forma voluntária, repousando, divertindo-se, desenvolvendo a sua informação, os seus conhecimentos e a sua formação desinteressada, a sua cooperação social espontânea ou a sua livre competência inventiva, depois de ter terminado as suas tarefas profissionais, familiares e sociais.

O tempo livre é o espaço onde realizamos actividades com as quais nos sentimos recompensados, realizados, sem experimentarmos nelas qualquer obrigatoriedade ou rotina. Actividades que nascem de uma necessidade de realização pessoal, em que utilizamos os nossos próprios interesses e acções sem quaisquer impedimentos ou limites, sendo sinónimo de valorização, repouso e distracção.

Na vida activa, o tempo “voa”, torna-se escasso para uma imensidão de tarefas. Com a inactividade laboral perde-se a ocupação diária. Passando a existir demasiado tempo sem ocupação, surgindo então, por vezes, situações difíceis para os idosos. Na velhice muitos dos idosos não sabem como divertir-se e ocupar o tempo livre. Tornam-se sedentários e na maioria dos casos isolam-se, perdendo a actividade que possuíam.

A disponibilidade dos idosos, na fase da reforma, proporciona o aproveitamento de diversas actividades, as quais são de grande utilidade para a sociedade e para os idosos, pois permitem a sua integração na sociedade e contribuem para manter o seu estado de saúde. Para os idosos a satisfação da necessidade de recreação é facilitada pela implantação de condições que permitam o livre acesso a actividades de ocupação de tempos livres diversificadas. Tal como referem Berger e Mailloux-Poirier (1995:555),

*“as pessoas idosas que têm acesso a estabelecimentos onde as actividades de tempos livres estão estruturadas às suas necessidades têm muito mais hipóteses de satisfazer a sua necessidade de se recrear do que as pessoas que vivem no domicílio”*. Na opinião das mesmas autoras (1996: 556) *“o valor que se atribui aos tempos livres depende do grupo cultural a que a pessoa pertence”* e a actual população sénior não foi detentora de grandes oportunidades de *“compreender e praticar actividades de tempos livres na mesma medida em que têm hoje os jovens que as consideram vitais.”*

É importante referir que quaisquer que sejam as actividades de diversão e ocupação de tempos livres propostas aos idosos, devem ser preparadas com cuidado e apropriadas às capacidades, necessidades e estilo de vida dos mesmos. O longo é possuidor da sua própria individualidade e devemos respeitá-lo. Devemos ter em conta as suas crenças, valores ou interesses, as suas capacidades e as suas histórias de vida, pois se estes aspectos não forem privilegiados, se não forem escolhidas actividades adequadas às condições do indivíduo que respeitem a diferença corremos o risco de caminharmos não para a ocupação dos seus tempos livres mas sim para a desintegração e marginalização.

#### 4.2. APRENDIZAGEM/EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

O conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida surgiu na década de sessenta com características bem diferentes das que hoje comporta.

A Aprendizagem ao Longo da Vida nos anos 60 e 70 surge com a denominação de Educação ao Longo da Vida, era considerado um conceito humanista, e de certa forma radical.

Documentos redigidos independentemente pela Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) em 1972, e mais tarde pelo Conselho da Europa (1978) mencionam a noção de uma política de Educação ao Longo da Vida assentando em dois elementos básicos que são:

- a extensão do ensino pós-obrigatório à totalidade do tempo de vida;
- e a organização recorrente do sistema com vista a abranger todos os momentos da vida, proporcionando uma distribuição mais equitativa e eficiente das oportunidades educativas a toda a população.

Ocorre assim uma tomada de consciência da necessidade de constituir uma coerência das políticas educativas, sociais e do mercado laboral, com o objectivo de dar respostas satisfatórias às mutações do mundo do trabalho e de toda a sociedade.

Estas iniciativas evidenciam motivação e oferta de oportunidades para que cada sujeito possa experimentar um percurso educativo ao longo da sua vida, em contextos formais, não formais e até informais, institucionalizados, ou não, significando que a aprendizagem tem obrigação de ser considerada numa perspectiva sistémica e de desenvolvimento ao longo da vida. Esta perspectiva vem reforçar, reconciliar e harmonizar os diferentes momentos da formação, dando relevo à unidade, à globalidade e à continuidade do desenvolvimento do indivíduo. Para tal foram concebidos programas e instrumentos de educação que procuram estabelecer uma correspondência estável e duradoura entre as necessidades e a formação geral, o ensino de um ofício, o carácter cultural com que cada sujeito se completa e se realiza.

O relatório publicado pela Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, em 1972, defende a integração dos contextos de aprendizagem formais e não formais e afirma a sua orientação a favor da democratização da educação pelo supressão

de barreiras que possam impedir os mais desfavorecidos a acederem à educação. A educação apresenta-se como um processo educativo global, sendo uma nova forma de entender a educação ao questionar as próprias raízes do sistema educativo, ao integrar e articular todas as estruturas e passos da educação, ao considerar e reconhecer a educação formal mas também a educação não formal e informal, ao prever uma educação contínua ao longo de toda a vida de acordo com as necessidades de cada etapa e idade, ao não admitir a separação entre educação escolar, não escolar e extra escolar e ao favorecer tanto a adaptação do indivíduo à sociedade como a sua capacidade em transformá-la.

A Aprendizagem ao Longo da Vida foi considerada por alguns autores idealista, visto que aparentemente é aplicável a todas as situações, é considerada um conceito vazio desprovido de conteúdo e incapaz de fazer face aos problemas da sociedade.

Assim, nos finais dos anos 70, o conceito de Educação Permanente estava mais amplamente, e quase exclusivamente, relacionado com a formação profissional e associado ao prolongamento da escolaridade obrigatória, ao aumento do desemprego e à introdução de programas técnico-profissionais no ensino superior.

Nos anos 90, este conceito renasce e posiciona-se num contexto totalmente diferente, sendo a luta contra o desemprego e a competitividade as prioridades da sua agenda, já que as empresas se vêem confrontadas com novas exigências que visam a sua adaptação às mutações tecnológicas e às inovações na organização do trabalho, para além da mundialização dos mercados. Estas evoluções aceleraram a obsolescência dos conhecimentos e das competências.

Por Aprendizagem ao Longo da Vida podemos entender a responsabilidade de cada indivíduo quanto à evolução do seu percurso educativo, sendo da responsabilidade de cada um procurar, de acordo com as suas necessidades, as ofertas de educação e

formação, inscritas num contexto formal, não formal e informal, colocadas à sua disposição de forma a conseguir promover o seu bem-estar global.

Relacionada com o aparecimento do conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida surge a noção de empregabilidade que designa a capacidade dos indivíduos em desenvolver e actualizar os seus conhecimentos e competências de forma a poderem manter o seu emprego, ou pelo menos um emprego, durante a sua vida profissional. Com a publicação do relatório Delors, na década de 90, o conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida reforça a capacidade de cada um aceder a um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e dele próprio, ao combinar as quatro aprendizagens do aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a conhecer e aprender a ser. É defendido um desenvolvimento mais ambicioso da pessoa humana para o pleno desenvolvimento da vida activa.

Podemos pois concluir que a Aprendizagem/Educação ao Longo da Vida passou a parte integrante das políticas nacionais e internacionais, sendo um dos seus grandes objectivos o ensinar melhor a um maior número de indivíduos e numa maior diversidade de contextos.

O conceito de Educação ao Longo da Vida, introduzido pela UNESCO, é definido como instrumento para o desenvolvimento da sociedade civil, da democracia e do indivíduo numa perspectiva humanista.

A UNESCO defendeu, na terceira Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos, realizada em Tóquio em 1972, a ideia de que a educação deveria manifestar-se como actividade permanente e omnipresente, e não seria entendida como preparação para a vida, mas sim considerada como uma grandeza da própria vida, representada por uma conquista permanente de conhecimentos e uma assídua apreciação de conceitos.

Ao aumentar o acesso à educação é necessário traçar novas organizações que originariam o decréscimo da diferença entre escolar e extra-escolar.

Surge, assim, nos diferentes indivíduos a possibilidade de poderem acumular algum benefício à sua competência produtiva, com base na formação e na actualização dos seus conhecimentos, ao mesmo tempo que promove a ampliação das relações humanas e o apreço pelos direitos humanos, assegurando os conceitos de paz e compreensão internacional.

Na opinião de Griffin (1999), a UNESCO considera o conceito de Estado soberano e nacional, e distingue política de estratégia; enquanto que para a OCDE, o conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida é mais amplo e entendido como recurso educativo para uma formação pós-obrigatória em alternância com outras actividades, nomeadamente trabalho, mas também lazer e reforma.

Field (2001), opina que a OCDE, em 1996, fundamentava o realce dado à Aprendizagem ao Longo da Vida ao alegar as influências da competitividade global e as transformações produzidas pela ciência e as novas tecnologias, através do relatório *Lifelong learning for all*.

A OCDE (1996) encara o conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida como uma estratégia para o século XXI que aposta no desenvolvimento pessoal, no reforçar dos valores democráticos, no cultivar a vida em comunidade, no procurar manter a coesão social, promovendo a inovação, a produtividade e o crescimento económico.

O *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida* (2000), publicado pela Comissão das Comunidades Europeias, e formulado em parceria com os Estados-Membros, descrevia a Aprendizagem ao Longo da Vida como toda e qualquer estratégia de aprendizagem empreendida num princípio contínuo com o objectivo de melhorar aptidões, competências, e conhecimentos.

Para Boshier (1998), a União Europeia avalia a noção de Aprendizagem ao Longo da Vida como uma linha de pensamento neoliberal e meio de desenvolvimento económico, pois foca objectivos de estratégia global e coerente de Aprendizagem ao Longo da Vida para a Europa, através da garantia ao acesso universal e frequente à aprendizagem com o objectivo de aquisição e renovação das capacidades necessárias à participação sustentada na sociedade do conhecimento, ocorre um aumento evidente de recursos humanos e o desenvolvimento de estratégias de ensino e aquisições válidas para a oferta contínua de formação em todos os domínios e fases da vida.

Partimos desta forma para a construção de uma sociedade inclusiva que disponibiliza a todos os cidadãos igualdade de oportunidades de acesso à Aprendizagem ao Longo da Vida.

O conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida, em Portugal, é visto como uma acção educativa e um conjunto de referências globais para o aperfeiçoamento do plano educativo formal e não formal, que irão contribuir para a evolução da economia e da sociedade portuguesa.

Esta acção educativa tem como objectivo permitir uma actualização permanente dos conhecimentos e das competências, ao mesmo tempo que permite o desenvolvimento de um espírito crítico que consiga proporcionar uma melhor empregabilidade, um fortalecimento da inserção, da coesão social e da valorização de um novo conceito de cidadania activa.

Conforme o Livro Branco sobre a Educação e a Formação da Comissão Europeia, com o título *Ensinar a aprender – Rumo à Sociedade Cognitiva* (1996), o teor dos programas e a prática das políticas de Educação e de Formação são da exclusiva competência dos Estados-Membros, sem excluir no entanto uma actividade concertada a nível europeu, e

descrevendo a sociedade do futuro como uma sociedade cognitiva onde cada indivíduo poderá construir a sua própria qualificação e formação.

Através deste documento é dado realce ao conceito de aprendizagem ao Longo da Vida e à responsabilidade de cada indivíduo quanto à sua educação e formação.

A concepção actual de educação de adultos leva a práticas de valorização dos saberes acumulados ao longo da vida.

O idoso é um sujeito que teve como formação uma base histórica e pessoal composta por uma diversidade e riqueza de experiências muito vastas. Este indivíduo, ao longo da sua vida, teve de enfrentar os desafios do mercado de trabalho, aprendendo a exercer várias funções e a conviver com as normas impostas pela sociedade, alguns dedicaram-se ao cultivo da terra, ao trabalho no campo, constituíram uma família, adquirindo responsabilidades novas e os novos papéis.

Interagir com o idoso num processo formal ou informal de educação é não esquecer o conjunto de experiências e conhecimentos que ele possui, é perceber que em cada sujeito existe um ser que se construiu e se reconstruiu na troca de saberes, através das relações que se estabeleceram no quotidiano do trabalho, da família, dos amigos e da sociedade.

Aprendizagem ao longo da vida implica:

- perceber que os indivíduos, homens e mulheres, se encontram em distintas fases de evolução;
- valorizar os acontecimentos históricos e as diferentes experiências que viveram;
- atender aos motivos que os levaram a continuar em formação/aprendizagem;
- reflectir sobre as motivações e necessidades que trouxeram os indivíduos de volta ao convívio com outros indivíduos.

Esta aprendizagem, onde participam diferentes opiniões, sujeitos ansiosos por descobrir novos saberes, experiências e possibilidades de crescimento procuram contributos para encaminhar o processo cognitivo mais adiante, entendendo assim que este processo não possui fim.

Com a produção de diferentes contextos de aprendizagem, surge a interacção, nas relações entre pessoas com histórias de vida únicas, com motivações, expectativas e processos de formação individuais, caminhando em busca da realização pessoal de cada um.

A aprendizagem ao longo da vida apresenta-se como uma actividade de desenvolvimento do indivíduo e pode ser considerada um instrumento que proporciona modificações na estrutura da sociedade contemporânea.

Assim, face às transformações ocorridas na sociedade, torna-se pertinente a aprendizagem ao longo da vida, fundamental para proporcionar socialmente a procura de igualdade de oportunidades, de acesso a diferentes recursos formativos, tal como, a interacção com a diversidade cultural.